to das Boas Práticas higiênico-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Ribeirinho", localizado na Ilha do Combu, tendo em vista que em relatório da Vigilância Sanitária (05.06.2022) foi observado que o restaurante se encontrava em péssimas condições de higiene, sendo, em decorrência deste fato, lavrado Termo de Intimação para que o restaurante encerrasse suas atividades em 72h, ante as irregularidades face à legislação sanitária e consumerista em vigor.

Belém, 01.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 824490

EXTRATO DA PORTARIA Nº 020/2022-MP/1ª PJDC

Ref. Procedimento Administrativo nº 000067-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000067-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000067-111/2022-MP/1ªPJ/DC

Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000067-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênico-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Chalé da Ilha", localizado na Ilha do Combu, tendo em vista que, em decorrência de uma denúncia formulada perante a Vigilância Sanitária (075/22) envolvendo a manipulação de açaí e pirarucu, a Vigilância Sanitária expediu Termo de Intimação em 05/06/2022 para que houvesse as devidas adequações face à legislação sanitária e consumerista em vigor.

Belém, 01.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 824494

EXTRATO DA PORTARIA Nº 022/2022-MP/1ª PJDC

Ref. Procedimento Administrativo nº 000069-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000069-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000069-111/2022-MP/1ªPJ/DC

Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000069-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênico-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Mirante do Combu", localizado na Ilha do Combu, tendo em vista que em relatório da Vigilância Sanitária (05.06.2022) foi observado que o restaurante se encontrava em péssimas condições de higiene, houve Auto de Apreensão e Inutilização de produtos que se encontravam impróprios para o consumo, sendo, em decorrência deste fato, lavrado Termo de Intimação para que o restaurante encerrasse suas atividades em 72h, ante o descumprimento da legislação sanitária e consumerista em vigor.

Belém, 01.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 824510

EXTRATO DA PORTARIA Nº 021/2022-MP/1ª PJDC

Ref. Procedimento Administrativo nº 000068-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000068-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000068-111/2022-MP/1ªPJ/DC

Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000068-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênico-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Chalé da Márcia", localizado na Ilha do Combu, tendo em vista que em relatório da Vigilância Sanitária (05.06.2022) foi observado que o restaurante realiza a manipulação de alimentos de forma inadequada, tendo sido lavrado Termo ante as irregularidades face à legislação sanitária e consumerista em vigor.

Belém, 01.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 824503

EXTRATO DA PORTARIA Nº 023/2022-MP/1ª PJDC

Ref. Procedimento Administrativo nº 000070-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000070-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000070-111/2022-MP/1ªPJ/DC

Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000070-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênico-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Marinheiro", localizado na Ilha do Combu, tendo em vista que em relatório da Vigilância Sanitária (05.06.2022) foram observadas péssimas condições de higiene, área de manipulação totalmente aberta e sem estrutura para funcionamento, utensílios sem condições de uso, local bastante sujo e desorganizado, sendo fixado prazo de 72 horas para encer-

ramento das atividades, face às irregularidades ante a legislação sanitária e consumerista em vigor.

Belém, 01.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 824514

Extrato da PORTARIA nº 008/2022-MP/3ª PJP

A Promotora de Justiça do 3º Cargo Cível de Parauapebas, com fundamento no art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8.625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de PORTARIA nº 008/2022-MP/3ª PJP, do SIMP nº 003155-030/2020 (Eletrônico), o qual se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Parauapebas, situada na Rua C, qd. 37, lts. 7 e 8, Bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000 - Parauapebas - Pará - Fone: (94) 3352-6400/ 3352-6401.

PORTARIA nº 008/2022-MP/3ª PJP - Procedimento Administrativo

Polo Passivo: Estabelecimentos que promovem eventos de lazer, entretenimentos, cultural, educacional e esportivos, conforme garantido pela Lei Federal n.º 13.933/2013.

Assunto: Acompanhamento e fiscalização das políticas públicas para garantir a disponibilização do anúncio dos valores de meia entrada na ocasião da divulgação das vendas dos ingressos pelos estabelecimentos empresariais que promovem eventos de lazer, entretenimentos, culturais, educativos e esportivos, conforme disposto na Lei n.º 12.933/2013.

Crystina Michiko Taketa Morikawa - Promotora de Justiça.

Protocolo: 824458

EXTRATO DE PORTARIA

O Ministério Público, através da 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, RESOLVE, na forma do Art. 8º, inciso II, da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA), autuado sob o número nº 000041-200/2017, que se encontra à disposição no prédio onde funciona o Ministério Público Estadual, no Município de Ananindeua, situado na Rodovia BR 316, s/nº, Km 8, CEP: 67.030-970, telefone: (91) 3239 4847.

PORTARIA: nº 31/2022-MP/2ªPJDC

Procedimento Administrativo nº 000041-200/2017

Objeto: Instauração do presente Procedimento Administrativo a fim de fiscalizar e acompanhar o efetivo funcionamento da UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA II - DANIEL BERG, neste município, conforme as diretrizes do Ministério de Saúde, no que concerne aos seguintes requisitos: a) composição da equipe técnica da UPA; b) condições do local onde funciona a referida unidade, se próprio ou alugado; c) contratação de pessoal conforme a regulamentação legal; d) horário de funcionamento da unidade; e) dispensação de medicamentos à população; e) realização de exames preventivos; f) contratação de médico especializado e horário de atendimento do referido profissional; g) condições de funcionamento da referida Unidade de saúde (insalubridade, etc.); h) servidores técnicos condizentes (médicos, agentes de saúde, atendentes, técnico de enfermagem e enfermeiros, etc.); i) controle de pessoal; j) abrangendo, ainda, a coleta e o descarte do lixo hospitalar.

Ananindeua/PA, 29 de junho de 2022.

Júlio César Sousa Costa - Promotor de Justiça

Protocolo: 824452

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 003/2022/MP/2ªPJM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 2º Promotor de Justiça Militar, com fundamento no disposto no art. 127 e 129, inciso II da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, torna pública a Recomendação nº 003/2022/MP/2ªPJM, que se encontra à disposição na 02ª Promotoria de Justiça de Militar do Ministério Público do Estado do Pará, a qual RECOMENDA ao COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO PARÁ:

a) Que providencie a expedição de ato normativo, por meio de Boletim Geral, orientando a todo o efetivo do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Pará que, se verificado, durante a apuração de crimes militares, a existência de conversas ou outros elementos em aparelhos celulares ou qualquer meio telemático que, por sua vez, se apresente como elemento de prova, que se proceda com a IMEDIATA BUSCA E APREENSÃO DO APARELHO em questão, da parte envolvida, sendo, de imediato, solicitado ao Órgão da Justiça Militar o devido acesso às informações, objetivando, assim, a elucidar dos fatos, bem como preservar a integridade e legalidade, no que tange à cadeia de custódia probatória;

b) Que informe, no prazo de 20 (vinte) dias, resposta por escrito a esta Recomendação, em conformidade com o art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar nº 057/06 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) c/c art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público)

ARMANDO BRASIL TEIXEIRA

2º Promotor de Justiça Militar do Ministério Público do Estado do Pará

Protocolo: 824434